

Teto e trabalho: perfil e características de trabalho e moradia das famílias da ocupação povo sem medo em SBC

Adriana Marcolino, Leandra Perpetuo, Leandro Horie

NOVEMBRO DE 2017

■ Apresentamos a seguir uma síntese da pesquisa “Teto e trabalho: perfil e características de trabalho e moradia das famílias da ocupação povo sem medo em SBC” que buscou conhecer aspectos relacionados ao perfil das famílias, as características da moradia e do trabalho daqueles que participam da Ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo (Ocupação PSM/SBC). Seu objetivo é apresentar para a sociedade alguns elementos sobre as condições de vida desses moradores e os limites da ação do Estado na atualidade para prover direitos sociais previsto na constituição além de compreender melhor a relação entre a forte crise econômica, as altas taxas de desemprego e de crescimento do trabalho precário e seus impactos na vida das pessoas, inclusive, com a perda de suas moradias.

■ Os resultados da pesquisa evidenciam outras questões que reforçam e perpetuam a situação de pobreza e pobreza extrema, como a dificuldade em se manter na escola, que impõe dificuldades de inserção no mercado de trabalho, problemas de saúde e doenças de trabalho, que dificultam a reinserção no mercado de trabalho, e a migração interna, que dificulta a reorganização da vida em uma nova localidade que deveria oferecer novas oportunidades e esperança, mas ao contrário, oferece moradia e trabalho precários.

■ Os dois aspectos – Teto e Trabalho – apresentam-se, portanto, como fundamentais e complementares para compreender a situação de exclusão social e desmitificar construções baseadas em um senso comum disseminado por alguns grupos conservadores e mídias ligadas a esses setores.



Trata-se de uma pesquisa quantitativa a partir de uma amostra representativa das 12.123¹ famílias que compõem o cadastro da Ocupação PSM/SBC e que totalizam 33.883 pessoas, a partir da amostra. O que talvez mais espante no tamanho desse universo pesquisado é: como a maior metrópole nacional e a região com maior desenvolvimento industrial podem ser também o local onde se produz tanta desigualdade e pobreza?

Perfil das famílias e principais características das moradias e do trabalho

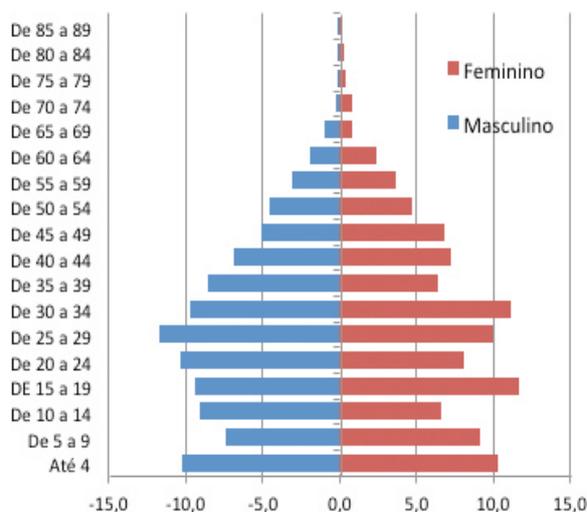
Em relação aos **atributos pessoais**, a população da Ocupação PSM/SBC é composta em sua maioria por mulheres (53,4%) enquanto os homens constituem 46,6% desse universo. Quando observamos esse atributo *Sexo*, considerando diferentes faixas etárias, é possível notar uma participação um pouco maior dos homens nas faixas de até 39 anos, e uma participação ligeiramente maior das mulheres nas faixas etárias acima dos 40 anos.

Considerando as diferentes faixas etárias, 29,3% da população investigada têm entre *31 a 50 anos*, muito próximo do percentual observado na população total do estado de São Paulo (SP)², que possui 30,5% de pessoas nesse intervalo. Na faixa etária de *até 14 anos* são 26,4% pessoas, participação maior do que a encontrada na população total de SP, que é de 18,8%. Os jovens *de 15 a 24 anos* constituem

19,9% da população da Ocupação PSM/SBC, também representando uma participação maior do que a verificada na população do estado de SP, que é de 15,3%. A população *acima de 60 anos* representa 3,5% dos Ocupados.

Quanto ao atributo pessoal *Cor/raça*, 59,8% da população que compõem a Ocupação PSM/SBC se declararam negra ou parda, enquanto outros 35,4% se declararam brancos. Comparando com a população total do estado de SP há praticamente uma inversão: 61,6% são brancos e 37% são negros, reforçando os estudos e demais dados que indicam uma forte correlação entre pobreza, situações de maior vulnerabilidade e o atributo *Cor negra ou parda*.

Gráfico 1: Distribuição da população da Ocupação PSM/SBC segundo faixa etária e sexo



Fonte: Pesquisa de Teto e Trabalho: perfil e características de trabalho e moradia das famílias da Ocupação PSM/SBC

Em relação à **escolarização**, 1.608 pessoas com mais de 4 anos de idade nunca frequentaram a escola, e dessas, 698 pessoas tinham mais de 15 anos. Das pessoas que fazem parte da Ocupação PSM/SBC 35,5% frequentam a escola. Considerando a taxa de frequência escolar³:

3. Total de pessoas que frequentam a escola em uma determinada faixa etária.

1. Parte dessas famílias já está residindo no terreno ocupado, mas como o local não tem, até o momento, condições sanitárias, de acesso à água potável e eletricidade, não é possível que todos residam no local. O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) também busca em situações como essa – ocupação de terreno – que os poderes públicos garantam a construção das moradias, e dessa forma, evitar uma ocupação desordenada e precária e assegurar moradias dignas para todas as famílias.

2. Os dados comparativos da População Total no estado de SP ou no Brasil que foram utilizados no texto foram extraídos da PNAD/IBGE, 2015.

- Faixa de 4 e 5 anos de idade: 93,6% (Brasil: 84,3%)
- Faixa de 6 a 14 anos de idade: 97,9% (Brasil: 98,5%)
- Faixa de 15 a 17 anos de idade: 83,0% (Brasil: 85,0%)
- Faixa de 18 a 24 anos de idade: 24,6% (Brasil: 30,7%)

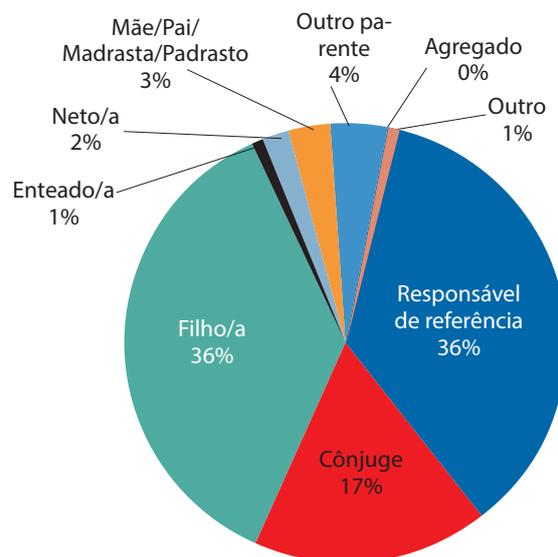
Em relação ao nível de instrução, analisando as pessoas de 26 anos ou mais de idade, para evitar que pessoas pertencentes a grupos etários que poderiam estar no processo regular de escolarização fossem consideradas, apenas 32,7% possuem o ensino médio completo. Na população com 26 anos ou mais, 43,2% sequer possui o Fundamental II (antigo ginásio) completo. Apesar de serem números que representam as dificuldades relacionadas à garantia de ao menos 12 anos de estudos na educação formal no Brasil, esses dados são “melhores” do que os dados totais para o Brasil, onde 52% possuem o fundamental completo e apenas 26,4% o ensino médio completo. Os dados se invertem no ensino superior, já que na Ocupação PSM/SBC apenas 1,8% possui essa escolaridade completa e no Brasil esse indicador registra 13,5% (PNAD, 2015).

A questão da **migração interna** ainda é um tema relevante ao considerar as populações que se encontram na pobreza, apesar dos fluxos migratórios no Brasil terem observado uma redução a partir da década de 90. Os migrantes, em geral, são essencialmente trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e vida, mas enfrentam forte discriminação ao tentar acessar o emprego, somado a maior vulnerabilidade em tempos de recessão e também são alvo de retóricas discriminatórias e racistas.

Entre as pessoas que participam da Ocupação PSM/SBC 41,1% não são naturais do estado

de SP e tem como principal origem de naturalidade os estados do nordeste e apesar de viverem em SP, em média, há 25 anos, ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se ainda que 34,7% desses migrantes chegaram ao estado de SP nos últimos 10 anos.

Gráfico 2: Distribuição da população da Ocupação PSM/SBC segundo tipo de morador



Características das famílias

As 12.123 famílias que compõem a Ocupação PSM/SBC são compostas, em média, por 2,9 pessoas. Quando observamos a distribuição do número de pessoas por família é possível notar que a maior parte das famílias tem entre 1 a 4 pessoas, sendo que a principal frequência é de famílias com 2 pessoas (30,4%) e 3 pessoas (21,8%). Há também uma grande quantidade de famílias composta por apenas 1 pessoa (18%).

Considerando o tipo de morador (Gráfico 2) cerca de 36% foram indicados como o *Responsável de referência da família*, 17,0% foram indicado como cônjuges e outros 36,2% são compostos por filhos e filhas. Entre as pessoas indicadas como de *Referência da Família*



52,3% são homens e 47,7% são mulheres. Entre os Corresponsáveis 38,5% são homens e 61,5% são mulheres, sendo que a grande maioria desse grupo é formada pelos cônjuges (há também corresponsáveis pela família filhos e mãe/pai/madrasta/padrasto, mas em menor quantidade).

As famílias que fazem parte da Ocupação PSM/SBC e que possuem pessoas com algum tipo de deficiência representam 13,4% do universo pesquisado, as deficiências mais frequentes são a física (5,9%) e a intelectual (4,1%). Outros 3% declararam que possuem pessoas na família que necessitam de cuidados constantes devido a problemas de saúde, tais como câncer, deficiências congênitas ou adquiridas, transtornos, doenças mentais, doenças metabólicas e autoimunes, epilepsia e problemas cardíacos.

Quanto ao acesso à saúde, 11.146 famílias recorrem ao SUS (Sistema Único de Saúde). Parte dessas famílias relatou possuir convênio pago pela empresa, mas que não era utilizado porque se tratava de modalidade com custos compartilhados, o que inviabilizava o uso desse tipo de assistência médica.

Características dos domicílios anteriores à ocupação

Quanto aos domicílios onde as famílias residiam antes de integrarem a Ocupação PSM/SBC destaca-se a grande participação de pessoas que vivem em casas alugadas (8.406; 69,3%) ou cedidas (2.606; 21,5%). Há também 207 famílias que residiam em moradias irregulares, 193 famílias que residiam em outras ocupações, 78 famílias que possuem casas financiadas, mas não conseguem arcar com os custos do financiamento e 39 famílias estavam em situação de rua. Em relação àqueles que moravam em *Casas cedidas*, grande parte das

famílias residiam em terrenos que possuíam mais de uma moradia, em geral, construídas de forma precária, ou compartilhavam uma mesma residência com outras famílias.

Quanto aos valores do aluguel, a média de aluguel pago é de R\$ 556,97. Cerca de 19% das famílias pagavam aluguel de até R\$ 250,00; outras 23,8% pagavam aluguéis entre R\$ 251,00 a R\$ 500,00 e outros 19,3% pagam entre R\$ 501,00 a R\$ 750,00. Somase a esses valores o gasto com as taxas de serviços públicos como energia elétrica, água e esgoto, gás de cozinha. O relato de muitas famílias era de insuficiência de renda e de uma diversidade de arranjos financeiros mensalmente para evitar despejo ou corte de serviços. Segundo dados do ICV/DIEESE (Índice do Custo de Vida), as famílias mais pobres acabaram sofrendo mais com a alta dos preços iniciada em 2015: no caso do grupo habitação, fortemente marcado pelos reajustes de água, energia elétrica, gás de cozinha, a inflação acumulada desse estrato ficou em 32,27% de janeiro de 2015 a outubro de 2017 enquanto para o estrato geral o acumulado ficou em 25,85%.

Quanto ao tipo de acabamento, 8.667 (71,5%) dos domicílios eram de alvenaria e possuíam revestimento, no entanto, em muitos relatos foi descrito que apesar disso, a casa possui problemas de manutenção, que envolviam problemas de infiltração, necessidade de reformas no telhado, problemas elétricos e hidráulicos. Outros 2.809 (23,2%) dos domicílios não possuíam acabamento. Apesar de uma participação menor, é relevante considerar que 102 famílias residiam em casa feitas de madeira apropriada à construção, 105 famílias residiam em casa de madeira aproveitada e 58 famílias residiam em casas feitas de barro, lona ou madeira e alvenaria. Quanto ao número de cômodos, a maior



frequência era de domicílios com duas unidades (35,2%) e com três unidades (29,1%).

Quanto ao banheiro, sua existência foi declarada em 98,2% dos domicílios (11.937), no entanto em 84 casas não havia esse cômodo, além das 39 famílias em situação de rua, ao qual a pergunta não se aplicava. Do total de domicílios com banheiro, em 90,1% ele se encontrava dentro da residência (10.923) e em 20,4% dos domicílios o banheiro era compartilhado com outras famílias.

Quanto aos serviços públicos urbanos, parte considerável dos domicílios era atendido pelos serviços públicos regularizados. Ver quadro abaixo.

Perfil dos trabalhadores(as) da ocupação “Povo sem Medo”

O perfil da ocupação “Povo sem Medo”, no que se refere aos trabalhadores e trabalhadoras, tem elementos que tanto reafirmam uma percepção de precariedade laboral, muitas vezes causada pela própria dinâmica familiar de autorreprodução da pobreza, como de que mesmo para os que trabalham com carteira de trabalho, esta não é condição suficiente para evitar uma situação frágil no que se relaciona à moradia.

Do total de 33.883 pessoas da ocupação, 27.578 constitui a População em Idade Ativa (PIA), com 10 anos ou mais. A População Economicamente Ativa (PEA), por sua vez,

seria composta por 19.373 pessoas, se considerarmos de forma mais restrita somente os ocupados(as) e desempregados(as), ou de 20.387 se incluído as pessoas que estão procurando emprego e/ou auxiliam nos afazeres domésticos, ou cuidam de outras pessoas, ou ainda são aposentadas. Diante disso, os principais apontamentos são:

- A taxa de participação é de 73,1%, muito superior ao registrado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do sistema PED-DIEESE/Seade/MTPS para o mês de setembro de 2017, que foi de 62,1%;

- Se considerarmos a PEA de forma mais restrita, a taxa de desemprego na Ocupação PSM/SBC é de 41,8%, mais que o dobro da verificada na RMSP no mesmo período (setembro de 2017) que foi de 17,9%;

- O percentual de assalariamento dentre os trabalhadores(as) na Ocupação PSM/SBC era de 60,4%, inferior ao verificado na RMSP, que era de 68,5%, sendo a diferença baseada em um número maior de trabalhadores(as) fazendo “bico” e no “emprego doméstico”;

- Dentre os que trabalhavam de forma remunerada (assalariados) na ocupação “Povo Sem Medo”, 61,5% possuía carteira de trabalho assinada, abaixo da RMSP em que estes representavam 88,2% (PED-DIEESE/Seade/MTPS). A taxa de cobertura previdenciária é

Tipo de serviço urbano	Rede regulariza	Outras formas	Não possuía
Rede elétrica	11.174 (92,2%)	680 (5,6%)	20 (0,2%)
Abastecimento de água	11.429 (94,3%)	422 (3,5%)	-
Rede de esgoto	11.041 (91,1%)	424 (3,6%)	275 (2,3%)
	11.128 (91,8%)		
Lixo residencial	coletado pelo serviço de limpeza pública em sua própria residência; 709 (5,8%) coletado em caçamba	37 (0,3%)	-

Fonte: Pesquisa Teto e Trabalho: perfil e características de trabalho e moradia das famílias da Ocupação PSM/SBC.



de 65,1% dentre os trabalhadores remunerados na Ocupação PSM/SBC;

■ Apesar de o comércio ser o maior empregador tanto para os trabalhadores(as) da Ocupação PSM/SBC como na RMSP no geral, para os acampados(as) o setor industrial é empregador muito mais relevante (24%) do que para a média da RMSP;

■ Enquanto o rendimento médio do trabalho na Ocupação PSM/SBC foi de R\$ 1.137,80, na média da RMSP ela foi de R\$ 2.030, uma diferença de mais de 40%;

■ Das pessoas desempregadas que estão procurando emprego, mais da metade o faz a menos de 1 ano, período de forte crise econômica. As mulheres eram a maioria dentre as desempregadas na Ocupação PSM/SBC (52,9%), assim como os Negros (64%);

■ As ocupações/funções mais frequentes entre os que tinham um trabalho eram: Diarista/Emprego Doméstico, Ajudante Geral, Auxiliar de Limpeza, Garçom, Motorista, Auxiliar Administrativo, Operador de Máquinas, Telemarketing, Pedreiro, Porteiro, Vendedor ambulante, Cozinheiros(a) e Vigilantes;

■ Em relação ao grau de escolaridade entre os trabalhadores(as) havia diferenças relevantes: enquanto 49,3% dos trabalhadores(as) da ocupação possuem somente até o Ensino Fundamental Completo, contra 22,3% da RMSP, nesta última, no que se refere ao ensino superior havia 29,0% com diploma universitário e 7,5% que teve ou tem frequência no 3º grau, contra 2,4% e 2,6%, respectivamente, na ocupação “Povo Sem Medo”;

Por que participar da ocupação?

Do total de famílias que integram a Ocupação PSM/SBC, 67,9% nunca acessaram

programas habitacionais. Outros 5% apesar de tentarem se cadastrar ou acessar algum programa, nunca obtiveram informações necessárias para concretizar ao menos o cadastro. Outros 13%, apesar de conseguir realizar o cadastro, nunca foram chamados ou obtiveram algum tipo de informação sobre o andamento desse cadastro. Em relação às condições de financiamento, 5,8% declararam que não eram compatíveis com sua renda e 6,2% relataram outros motivos, dentre eles, a existência de alguma irregularidade financeira junto ao sistema bancário ou aos cartórios de protesto.

A maior parte das famílias – 7.204 (59,4%) vieram para a ocupação porque o aluguel está muito caro e não cabe no orçamento familiar ou porque moravam de favor (2.694; 22,2%). No entanto, 271 famílias foram despejadas por falta de pagamento do aluguel ou temem que ocorra um despejo em breve. Um número importante de 1.085 famílias declararam que estão na ocupação porque acreditam na luta por moradia. O desejo das famílias que compõem a Ocupação é de ser realocada para uma moradia digna (6.344; 52,3%) ou ainda construir moradias no terreno ocupado (4.065; 33,5%).

Quando o trabalho formal é sinonimo de pobreza

Observado em linhas gerais o perfil dos trabalhadores(as) da Ocupação PSM/SBC, há o elemento da precariedade que se destaca: de fato há uma maior fragilidade em sua inserção no mercado de trabalho, que pode ser exemplificada pelos menores rendimentos médios, taxa de formalização ou maior taxa de desocupação. E isso acaba por determinar também uma maior fragilidade nas condições de vida em geral dessa população.



Do ponto de vista macroeconômico, a geração de postos de trabalho é vinculada basicamente ao crescimento da economia. A estrutura salarial destas vagas (postos de trabalho de salários altos ou baixos), por sua vez, se relaciona diretamente à estrutura produtiva de uma economia, bem como do ritmo de progresso técnico, além de marginalmente, o ritmo de melhora do mercado de trabalho. Ou seja, uma economia pode gerar muitos postos de trabalho, mas se não há uma estrutura produtiva avançada, estas vagas serão de baixos salários em sua maioria, e que acarretam piores opções de inserção profissional, isso quando logram sucesso de obtê-las. Nesse contexto, em uma recessão, os primeiros a perderem seus empregos são justamente aqueles com pior inserção profissional.

Evidente que pior inserção profissional significa piores salários, já que não há como competir, em um contexto de poucos postos de trabalho de altos salários, com pessoas com melhores condições de inserção social.

Este movimento, por sua vez, significa condições de vida mais precárias e que, ao mesmo tempo são forte condicionantes para permanência de outras gerações nessa situação. O que poderia quebrar esta lógica – além de uma melhora na estrutura produtiva – seriam políticas públicas: estímulo à escolaridade, complementação de renda, políticas de moradia, entre outras, que poderiam servir como um contrapeso.

Em relação às políticas públicas, quando analisamos os dados da Ocupação PSM/SBC, o benefício mais observado entre as famílias é o Bolsa Família, atingindo 30,7% das mais de 12 mil famílias pesquisadas; há pouca penetração das demais políticas públicas entre as famílias da ocupação, especialmente o FIES e

PRONATEC (menos de 2% somados). Mesmo em programas de habitação, apenas 25% das famílias da ocupação se inscreveram, sem sucesso; por outro lado, 67,9% não buscaram acessar qualquer programa habitacional.

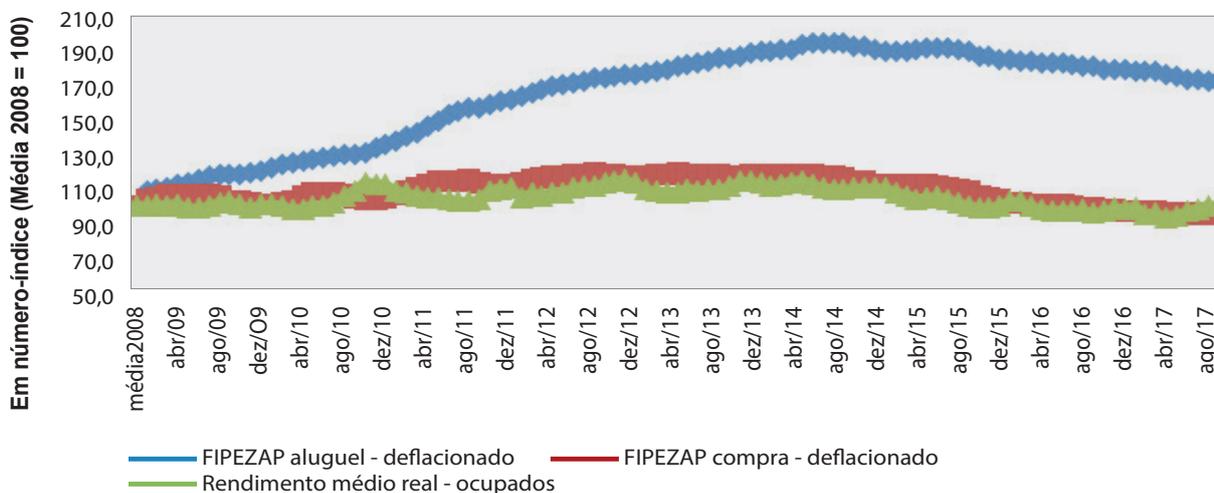
Diante desse cenário, sem políticas públicas e sem empregos de qualidade, como superar o problema da habitação?

Esta pergunta é relevante porque famílias com renda reduzida e instável, na ausência de políticas habitacionais, dificilmente possuem capital suficiente para aquisição de um imóvel próprio. E o cenário atual tornou-se de difícil reversão, com um mercado de trabalho deteriorado e queda dos investimentos realizados no programa “Minha Casa Minha Vida”, que tornavam mais acessíveis a aquisição da casa própria, especialmente para famílias de menor renda. Com isso, estas famílias acabam tendo de ou morar em locais impróprios/precários ou se submetem ao mercado imobiliário de locação, com preços cada vez mais altos e ritmo de crescimento muito superior aos dos rendimentos do mercado de trabalho ou mesmo ao preço de venda de imóveis, em um processo acentuado de especulação imobiliária, como pode ser observado no gráfico abaixo, que engloba a variação do rendimento médio na RMSP e o índice FipeZap para aluguel e compra de imóveis (Gráfico 3).

Conforme pode ser observado acima, diante dessa “explosão” dos preços de aluguel de imóveis na RMSP, muito superior à evolução dos rendimentos médios da região, tornou-se insustentável para as famílias com as que agora estão na ocupação “Povo Sem Medo” o pagamento de locação de moradias: 70,0% estavam nessa situação, com 21,7% em locais cedidos, 6,2% em moradias irregulares e 2,1% em imóveis financiados. A motivação



Gráfico 3: Variação do rendimento médio real dos ocupados(as) na RMSP, Índice FipeZap de São Paulo para venda e aluguel de imóveis (deflacionados) em número-índice (base: média de 2008=100)



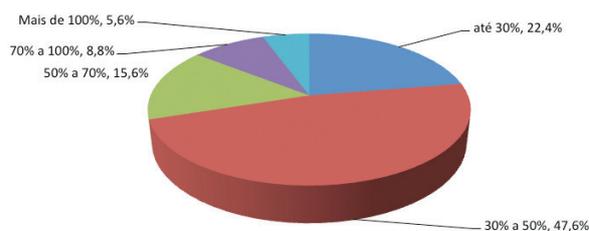
Fonte: Elaboração própria a partir de dados ICV-DIEESE, PED/Seade – DIEESE, FIPE, IPEADATA. Deflacionado pelo ICV-DIEESE, extrato geral, valores de agosto de 2017.

que as levou a participar da ocupação foi em 83% relacionada ao aluguel: 59,4% porque o preço era muito elevado e não cabia no orçamento, 22,2% já moravam de favor por não poder pagar aluguel e tiveram de sair dos imóveis, 1,4% foram despejados e 8,9% acreditavam na luta por moradia, ou seja, que não se relaciona com a questão do preço dos aluguéis.

Os dados da pesquisa da Ocupação PSM/SBC apontam duas situações: uma é a de que pessoas eram desempregadas e por isso não tinham renda para pagar os aluguéis. A outra é que, mesmo com rendimentos do trabalho somados entre os responsáveis das famílias, a maior parte auferia da renda é insuficiente para sustentar o pagamento da locação de imóveis e garantir renda disponível para os outros gastos familiares. Se considerarmos o limite que uma instituição como a Caixa Econômica Federal impõe aos financiamentos habitacionais, ou mesmo de várias imobiliárias em relação ao aluguel, que é de 30% sobre os rendimentos brutos, do total de famílias

que pagavam aluguel 77,3% estariam ultrapassando este limite (com 30% das famílias comprometendo mais de 50% de sua renda somente com habitação), ou seja, numa trajetória de gasto com moradia completamente insustentável. Levando-se em conta que neste conjunto foi considerado somente pessoas com trabalho, portanto, nem a existência de trabalho remunerado significa superação de problemas relacionados ao acesso à moradia.

Gráfico 4: Percentual de comprometimento da renda das famílias (em que pelo menos uma pessoa auferir rendimentos) com pagamento de aluguel/despesas com moradia.



Fonte: Dados da pesquisa ocupação “Povo sem Medo” DIEESE/MTST/CUT/FES. Não considera “não declaração/ausência” de rendimentos e de valores de despesas de moradia.



Alguns apontamentos finais

Os dados coletados na pesquisa sobre o perfil das pessoas e das famílias, sobre as condições de moradia e sobre a inserção no mercado de trabalho retratam as fortes desigualdades que ainda existem no país e que em um momento de crise são reforçados.

O fato do perfil das pessoas que fazem parte da Ocupação PSM/SBC ser semelhante ao perfil de boa parte da população brasileira demonstra que o problema habitacional não é restrito as 12.123 famílias aqui investigadas, mas um problema generalizado, o que torna ainda mais relevante e significativa a atuação do MTST.

Como se viu, mesmo o exercício de atividade remunerada formal não se constitui condição suficiente para evitar problemas relacionados à moradia. Se não houver investimentos em políticas públicas de renda, escolaridade, infraestrutura urbana e habitação popular, conjuntamente com uma melhora qualitativa e quantitativa da economia, pouco ou nada mudará, mesmo que haja elevação da ocupação. Mais que isso, a própria modificação do conceito de utilização do espaço urbano deve mudar, privilegiando a ocupação sustentável e democrática socialmente em detrimento da especulação imobiliária que, na ausência de políticas pública, afasta cada vez mais a população pobre.

As políticas habitacionais devem ser pensadas a partir do perfil e da necessidade dessas famílias. Como se viu, a renda é insuficiente para os gastos com habitação e um aluguel médio próximo de R\$500,00 não é compatível com sua renda, portanto, financiamentos habitacionais precisam ter critérios que sejam inclusivos.

Temas como saúde e deficiência frequentemente são fatores que reforçam a vulnerabilidade, devido à falta de acesso a serviços de

saúde, terapias, oportunidades de emprego, programas sociais. A questão da cor e raça também é um elemento importante a ser avaliado, em especial, porque os entrevistados demonstraram um grande desconforto em declarar sua cor. A escolarização também deve ser observada como um elemento estratégico para melhorar as condições de vida dessas famílias. Muitos jovens solteiros e jovens casais fazem parte da ocupação: eles não tem perspectiva de conseguirem uma moradia digna para construir suas vidas. É relevante também os relatos das famílias que demonstraram as dificuldades de fazer cumprir os direitos previdenciários, trabalhistas e sociais. Por fim, enfrentar o desemprego, mas também combater o trabalho precário é fundamental para garantir vida digna para essas famílias.

Esses temas – política habitacional, acesso à saúde, combate a discriminação racial, elevação da escolarização, trabalho decente, acesso a direitos – podem se constituir em uma importante agenda de atuação para esse movimento em conjunto com os demais movimentos sociais e de trabalhadores.



Autores

Adriana Marcolino é mestranda em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. Socióloga no Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Leandra Perpetuo é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) e assessora da Secretaria de Combate ao Racismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Leandro Horie é doutorando em Desenvolvimento pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), graduado em Ciências Econômicas e mestre em Desenvolvimento Econômico, ambos pela mesma universidade. Economista no Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Agradecimentos: além dos autores da Nota aqui apresentada, um grande número de pesquisadores, técnicos do DIEESE, dirigentes sindicais e entidades sindicais, além do próprio MTST, contribuíram de modo fundamental nas diversas fases da pesquisa, conforme indicado no relatório da pesquisa.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-9565-028-2

